CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA DE TROMBAS

ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2026

CADERNO DE PROVA

CARGO: **PSICOLÓGO**
NÍVEL: **ENSINO SUPERIOR**
TURNO: Manhã ( ) / Tarde ( )
PROVA TIPO: 14 - Amarela
FRASE: Sucesso, vem depois de trabalho, até mesmo no dicionário!

INSTRUÇÕES GERAIS

---

1. VERIFICAÇÃO DO MATERIAL:
   - Verifique se este caderno de questões contém um total de 16 páginas e 40 questões de múltipla escolha devidamente numeradas.
   - Caso o caderno esteja incompleto, com falhas de impressão ou com qualquer defeito, solicite imediatamente a substituição ao fiscal de sala.
2. PREENCHIMENTO DOS DADOS E CARTÃO-RESPOSTA:
   - Escreva seu nome completo, número de inscrição e assine nos campos indicados acima e também no Cartão-Resposta (Folha de Respostas).
   - O preenchimento das respostas deve ser feito exclusivamente com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente.
   - Não serão computadas questões com emendas, rasuras ou dupla marcação.
3. TEMPO DE PROVA E PERMANÊNCIA:
   - A duração total desta prova é de 03 (três) horas] já incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.
   - O candidato só poderá se retirar definitivamente da sala de aplicação após decorridas 01 (uma) hora do início da prova.
   - Somente será permitido levar este caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos] anteriores ao término regulamentar da prova.
4. DISCIPLINA E SEGURANÇA:
   - É terminantemente proibido manter em posse qualquer aparelho eletrônico (como celulares, relógios inteligentes, calculadoras) ligado ou desligado. Todos os dispositivos devem ser guardados em embalagem porta-objetos lacrada.
   - Não é permitida qualquer espécie de consulta (livros, códigos, anotações) ou comunicação entre os candidatos durante a realização do exame.
   - O descumprimento de qualquer uma das normas deste caderno ou do edital implicará a eliminação sumária do candidato.

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA INICIAR A ABERTURA DESTE CADERNO.

QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Questão 01. Leia o texto:

A precisão de uma linguagem não decorre necessariamente de sua dificuldade. Em certos contextos, sobretudo naqueles em que um texto precisa orientar condutas, estabelecer procedimentos ou definir direitos e obrigações, a complexidade vocabular pode produzir precisamente o efeito contrário daquele que se pretendia alcançar. Uma formulação tecnicamente sofisticada, se não delimitar com clareza aquilo que pretende regular, pode ser menos precisa que uma formulação linguisticamente simples. Isso não significa que a linguagem técnica deva abandonar seus termos especializados. O problema não está na especialização em si, mas no emprego de palavras ou construções cuja interpretação não possa ser estabilizada pelo contexto. A simplificação adequada, nesse sentido, não equivale à vulgarização: trata-se de retirar obstáculos desnecessários à compreensão sem eliminar as distinções conceituais de que depende a precisão. Por isso, clareza e precisão não devem ser entendidas como qualidades concorrentes. Em determinadas situações, tornar uma formulação mais clara é justamente torná-la mais precisa, porque reduz a margem de interpretações incompatíveis com aquilo que se pretende comunicar. Considerando a estrutura argumentativa do texto, assinale a alternativa que identifica corretamente a relação estabelecida entre clareza e precisão:

A) A clareza é apresentada como uma qualidade subordinada à precisão técnica, pois simplificar uma formulação pode comprometer necessariamente a exatidão conceitual.

B) A precisão depende da utilização de vocabulário especializado, de modo que a linguagem comum somente pode ser considerada precisa quando reproduz a terminologia técnica de determinada área.

C) Clareza e precisão podem convergir, porque a eliminação de ambiguidades e obstáculos desnecessários à compreensão pode aumentar a exatidão daquilo que o texto comunica.

D) Clareza e precisão são consideradas qualidades incompatíveis nos textos técnicos, uma vez que a primeira privilegia a compreensão do leitor enquanto a segunda privilegia a terminologia especializada.

E) A clareza é definida como redução da complexidade vocabular, independentemente da área de conhecimento ou das distinções conceituais envolvidas.

Questão 02. “A crônica moderna é um gênero anfíbio: navega entre o jornalismo e a literatura. Partindo de um fato cotidiano, geralmente efêmero, o cronista imprime uma reflexão lírica ou crítica, transformando o banal em matéria de arte literária sem perder o vínculo com a atualidade imediata.” Fonte: CANDIDO, Antonio et al. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1992, p. 15. Assinale a opção que caracteriza corretamente o gênero crônica:

A) Trata-se de um tratado científico de alta densidade matemática, publicado em periódicos de circulação internacional restrita.

B) Configura-se como gênero híbrido que transita entre o fato jornalístico cotidiano e a expressão literária reflexiva.

C) É um relatório técnico de auditoria contábil exigido por órgãos de controle fiscal federal.

D) Restringe-se à narração épica de grandes batalhas históricas da antiguidade clássica.
E) Caracteriza-se pela completa desvinculação da realidade empírica e do tempo presente.

Questão 03. Leia e responda:
O hífen constitui uma das áreas em que a ortografia revela com maior nitidez a diferença entre a estrutura linguística e sua representação convencional. A presença ou ausência do sinal não pode ser determinada por uma única regra mecânica, porque o Acordo Ortográfico distribui seus critérios segundo a configuração do prefixo, a letra inicial do segundo elemento e, em determinados casos, a tradição de determinadas formações. Em consequência, palavras formadas por prefixação podem apresentar comportamentos aparentemente semelhantes, mas ortograficamente distintos. A análise adequada exige identificar a fronteira morfológica relevante antes de decidir pelo emprego do hífen. Julgue os itens:
I. Em *micro-ondas* e *anti-inflamatório*, o hífen é empregado porque o elemento prefixal termina por vogal e o segundo elemento começa pela mesma vogal.
II. Em *antirracista* e *ultrassom*, a duplicação da consoante decorre da regra segundo a qual, nos casos em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, não se emprega hífen e duplica-se a consoante inicial.
III. Em *vice-presidente*, o hífen é facultativo, pois a norma atual determina que os prefixos terminados em vogal sejam sempre aglutinados ao segundo elemento.
Assinale a sequência correta.
A) V — V — V
B) V — V — F
C) V — F — V
D) F — V — F
E) F — F — V

Questão 04. Considere o excerto e responda:
“A coesão referencial assegura a continuidade do texto por meio de remissões a elementos já introduzidos (anafóricos) ou a serem introduzidos (catafóricos), utilizando-se de pronomes, sinônimos, hiperônimos ou elipses.” **Fonte**: KOCH, Ingedore G. Villaça. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 52. No trecho: *“O Estado implementou novas diretrizes fiscais. Estas visam a conter o déficit público, o qual tem desafiado os economistas”*, os elementos coesivos destacados exercem, respectivamente, função de:
A) 1. Catáfora e anafórica relacional.
B) 2. Anafórica por retomada direta e coesão interfrásica por pronome relativo anafórico.
C) 3. Exofórica situacional e conector adversativo.
D) 4. Elipse verbal e conjunção integrante subordinativa.
E) 5. Substituição lexical estrita e operador de contraste lógico.

Questão 05. Leia o texto e responda:
“A concordância verbal rege o princípio da harmonia numérica e pessoal entre o núcleo do sujeito e a forma verbal correspondente, ressalvadas as construções com sujeitos compostos por sinônimos ou gradação.” Fonte: BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. Assinale a alternativa em que a concordância verbal obedece rigorosamente às exigências da norma-padrão:
A) *Fazem* dez anos que a nova lei tributária foi promulgada no país.
B) *Devem existir* mecanismos mais eficientes para o controle da arrecadação.
C) *Houveram* muitos protestos contra o aumento das taxas alfandegárias.
D) Mais de um auditor *conferiram* os demonstrativos contábeis da empresa.
E) *Tratam-se* de questões complexas relativas à regência fiscal municipal.

Questão 06. “A resistência democrática impõe-se àqueles que pretendem submeter a República aos interesses corporativos. Daqui a alguns anos, a história julgará severamente a condescendência daqueles que se omitiram frente à escalada autoritária.” Fonte: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p. 305. Tendo por base o emprego do acento grave indicativo de crase no texto e nas regras gramaticais correlatas, assinale a assertiva correta:
A) O emprego da crase em “àqueles” justifica-se pela fusão da preposição “a”, exigida pelo verbo “impor-se” (impor-se a alguém), com a vogal inicial “a” do pronome demonstrativo “aqueles”.
B) A ocorrência em “à escalada” é facultativa, pois o substantivo feminino “escalada” é precedido por artigo definido cuja supressão não altera o sentido geral da oração.
C) Na expressão temporal “Daqui a alguns anos”, o uso da crase seria obrigatório caso o pronome “alguns” estivesse no singular, indicando distância exata no passado.
D) A crase em “frente à” decorre exclusivamente da regência do advérbio de lugar “frente”, que por si só exige preposição sem o concurso de nenhum outro fator sintático.
E) O vocábulo “República” aceitaria o uso opcional da crase caso viesse desacompanhado de artigo definido na estrutura de regência verbal anterior.

Questão 07. “As orações coordenadas sindéticas explicativas exprimem uma justificativa uma razão da declaração feita na oração anterior. Já as conclusivas exprimem uma consequência deduzida da oração anterior.” Fonte: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008, p. 598. Com base na doutrina de Celso Cunha e Lindley Cintra sobre as orações coordenadas sindéticas, julgue os itens a seguir em Verdadeiro (V) ou Falso (F):
1. ( ) A oração introduzida pela conjunção “pois”, quando colocada após o verbo da oração principal com valor explicativo, equivale semanticamente a uma oração subordinada causal.
2. ( ) As orações coordenadas conclusivas introduzidas por “logo” ou “portanto” podem vir antecipadas à oração que encerra a causa, mantendo inalterada a classificação sintática de conclusiva.
3. ( ) A coordenação sindética explicativa diferencia-se estruturalmente da subordinada causal porque aquela possui natureza puramente argumentativa e dialógica de justificativa de um ato de fala, enquanto esta subordina formalmente o fato causal ao efeito.
Assinale a opção que apresenta a sequência correta:
A) V – F – V
B) V – V – V
C) F – V – F
D) V – F – F
E) F – F – V

Questão 08. Leia o fragmento de Machado de Assis:
“Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos” Fonte: ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. II, “O emplasto”. Julgue as afirmações sobre o valor semântico das expressões destacadas no contexto apresentado.
I. No contexto, “todavia” estabelece uma relação de oposição ou contraste com o conteúdo anteriormente afirmado.
II. A substituição de “todavia” por “portanto” preservaria a relação lógico-semântica do período, pois ambos introduzem uma conclusão decorrente da proposição anterior.
III. No contexto, “pecuniárias” significa “relativas a valores financeiros ou monetários”.
IV. A substituição de “vantagens pecuniárias” por “benefícios financeiros” preserva, no contexto, o núcleo semântico da expressão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de julgamento das afirmações:
A) V – V – F – V
B) V – F – V – V
C) F – F – V – V
D) V – F – F – V
E) F – V – V – F

QUESTÕES DE MATEMÁTICA, INFORMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 09. Um almoxarifado recebeu 720 unidades de óculos de proteção. Inicialmente, destinou 3/8 desse quantitativo às unidades operacionais. Na conferência do material restante, constatou que uma fração igual a 4% apresentava avarias, sendo essas unidades retiradas do estoque disponível. O estoque disponível será distribuído integralmente em caixas, todas devendo estar com a mesma quantidade de óculos, a fim de facilitar o controle de estoque. Cada caixa comporta no máximo 50 unidades. Qual é a maior quantidade de óculos que poderá ser colocada em cada caixa, considerando que todas deverão possuir a mesma quantidade?

A) 36 unidades.

B) 45 unidades.

C) 50 unidades.

D) 27 unidades.

E) 48 unidades.

Questão 10. Uma equipe formada por oito servidores, trabalhando seis horas por dia durante cinco dias, realizou a conferência de 1.200 registros. Todos apresentaram a mesma produtividade por hora de trabalho. Para conferir um novo lote de 2.880 registros de complexidade equivalente, serão disponibilizados dez servidores, com jornada de oito horas diárias. Uma ferramenta de apoio elevará em 20% a produtividade por servidor e por hora, em comparação com a situação inicial. Admitindo produtividade constante e trabalho simultâneo dos servidores, qual é a duração da conferência, expressa em dias de jornada de oito horas?

A) 6 dias.

B) 7,2 dias.

C) 5,76 dias.

D) 8 dias.

E) 10 dias.

Questão 11. O custo inicialmente estimado para a aquisição de um conjunto de equipamentos era de R$ 200.000,00. Uma atualização de preços elevou essa estimativa em 20%. Na negociação seguinte, o fornecedor concedeu desconto de 15% sobre o valor atualizado. Posteriormente, a inclusão de acessórios gerou um acréscimo percentual calculado sobre o valor obtido após o desconto. Com esse último ajuste, o custo total passou a ser de R$ 224.400,00. Qual foi a taxa percentual do acréscimo decorrente da inclusão dos acessórios? Se necessário, arredonde o percentual para duas casas decimais.

A) 10,20%.

B) 8,50%.

C) 9,09%.

D) 10,00%.

E) 7,20%.

Questão 12. Um analista dividiu R$ 30.000,00 em duas parcelas positivas. A primeira foi aplicada a juros simples de 1,4% ao mês, e a segunda, a juros compostos de 2,5% ao mês, com capitalização mensal. As aplicações permaneceram por dez meses completos, sem aportes ou retiradas. Ao final, a soma dos juros produzidos foi de R$ 5.600,00. Desconsidere tributos e tarifas. Para todos os cálculos desta questão, adote a aproximação $(1{,}025)^{10} = 1{,}28$. Qual foi o capital destinado à aplicação a juros simples?

A) R$ 10.000,00.

B) R$ 20.000,00.

C) R$ 15.000,00.

D) R$ 17.272,73.

E) R$ 28.771,93.

Questão 13. Um projeto prevê um jardim retangular com área de 189 m². Ao redor de todo o jardim será construída uma faixa de circulação externa de largura uniforme igual a 2 m, de modo que o conjunto formado pelo jardim e pela faixa também seja retangular. A área ocupada apenas pela faixa será de 136 m². A faixa acompanhará integralmente os quatro lados do jardim, incluindo as regiões dos cantos. Qual é a medida do maior lado do jardim, antes da construção da faixa?

A) 9 m.

B) 25 m.

C) 13 m.

D) 63 m.

E) 21 m.

Questão 14. Uma unidade mantém documentos em computadores conectados à rede e em uma pasta sincronizada com um serviço de armazenamento em nuvem. Em um incidente de *ransomware,* arquivos locais foram criptografados, e as versões alteradas foram propagadas pela sincronização. Considere que o serviço não disponibilizava histórico de versões recuperáveis. Após conter o incidente, a unidade pretende adotar uma medida que preserve cópias utilizáveis para recuperar os documentos caso um evento semelhante ocorra novamente. Qual procedimento atende adequadamente a esse objetivo?

A) Espelhar os documentos em outra pasta sincronizada, com propagação automática das alterações e substituição dos arquivos anteriores a cada sincronização.

B) Produzir cópias criptografadas em uma pasta de rede, permitindo sua sobrescrita pelas mesmas contas de usuário que acessam os documentos originais.

C) Gravar cópias semanais em uma unidade externa, mantendo-a conectada à rede e substituindo integralmente a cópia anterior em cada execução.

D) Manter backups com versões anteriores e uma cópia desconectada da rede, verificando periodicamente a integridade dos arquivos e sua restauração.

E) Arquivar cópias mensais em uma pasta compartilhada, concedendo às contas de uso diário permissão de gravação e exclusão sobre os arquivos.

Questão 15. Considere as proposições simples p: “O processo está instruído” e q: “O parecer foi emitido”. Uma regra de acompanhamento é representada por $S = p \rightarrow q$, lida como “Se o processo está instruído, então o parecer foi emitido”. Considerando todas as quatro combinações de valores lógicos de p e q, qual alternativa apresenta uma expressão equivalente a $\neg S$ e o número de linhas em que essa negação é verdadeira?

A) $(\neg p \wedge q)$; uma linha.

B) $(p \wedge \neg q)$; uma linha.

C) $(\neg p \vee q)$; três linhas.

D) $(\neg p \wedge \neg q)$; uma linha.

E) $(p \vee \neg q)$; três linhas.

QUESTÃO DE ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Questão 16. Uma servidora ocupante de cargo público no Poder Executivo federal exerce função relacionada à análise e fiscalização de projetos de engenharia. Paralelamente às suas atribuições públicas, mantém participação societária em empresa privada de consultoria técnica. Determinada construtora que possui interesse em decisões administrativas do órgão público contrata a empresa da servidora para elaborar projetos que posteriormente serão submetidos à análise do próprio órgão. Embora a servidora não assine formalmente todos os pareceres administrativos, participa do procedimento e possui influência sobre a análise técnica dos projetos produzidos por sua empresa. A agente sustenta que não existe conflito porque os trabalhos privados são realizados fora do horário de expediente e porque ela não recebe remuneração diretamente do órgão público pela atividade privada. Considerando a

disciplina do conflito de interesses, assinale a alternativa correta. **Fonte**: BRASIL. *Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013.* Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal. Brasília, DF: Presidência da República. Arts. 3º a 5º.

A) A realização da atividade privada fora do horário de expediente afasta o conflito de interesses, pois a incompatibilidade somente existe quando há utilização direta da jornada de trabalho para obtenção de vantagem particular.
B) A inexistência de pagamento diretamente pelo órgão público elimina o conflito, ainda que a empresa privada da servidora mantenha relação econômica com pessoa jurídica interessada em decisão administrativa na qual ela possa atuar.
C) A situação pode configurar conflito de interesses porque a legislação considera relevante o confronto entre interesses públicos e privados e alcança situações em que a atividade privada se relaciona com interesses sujeitos à atuação do agente público.
D) A configuração do conflito depende obrigatoriamente da comprovação de dano financeiro ao patrimônio público, sendo insuficiente a existência de interesses privados potencialmente incompatíveis com a função pública.
E) A participação societária em empresa privada é sempre incompatível com o exercício de cargo público no Poder Executivo federal, independentemente da natureza das atribuições exercidas pelo agente.

QUESTÕES DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE GOIÁS

Questão 17. A transformação do espaço agrário goiano, especialmente a partir da segunda metade do século XX, esteve relacionada à expansão das técnicas modernas de produção e à incorporação do Cerrado aos circuitos agrícolas nacionais e internacionais. A utilização de correção da acidez do solo, fertilização, mecanização e seleção de cultivares ampliou a possibilidade de exploração agrícola de áreas anteriormente consideradas pouco favoráveis à agricultura comercial. Esse processo alterou a organização produtiva e espacial de Goiás, mas também produziu efeitos relacionados à concentração fundiária, à substituição de vegetação nativa e às mudanças nos modos de vida rurais. Paralelamente, conflitos anteriores pela posse da terra constituem parte da história agrária do Estado. **Fonte:** GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS**.** *Geografia de Goiás:* clima, vegetação e hidrografia**.** Goiânia: Governo do Estado de Goiás,2024. Considerando essas transformações, assinale a alternativa correta:
A) A modernização agrícola do Cerrado ocorreu principalmente pela substituição das técnicas científicas por métodos tradicionais, pois a mecanização apresentou pouca importância na transformação produtiva de Goiás.
B) A expansão da agricultura mecanizada eliminou os conflitos relacionados à estrutura fundiária, uma vez que a modernização tecnológica produziu necessariamente distribuição mais equilibrada da propriedade rural.
C) As características naturais do Cerrado impediram a expansão das lavouras comerciais mecanizadas, fazendo com que a produção agrícola permanecesse predominantemente voltada ao autoconsumo.
D) A modernização agrícola ocorreu sem alterações ambientais significativas, pois a substituição da vegetação nativa por áreas produtivas não interfere nos processos hidrológicos, na biodiversidade ou na conservação dos solos.
E) A transformação agrícola do Cerrado esteve associada à adoção de técnicas capazes de superar limitações naturais dos solos e à integração de Goiás aos circuitos produtivos nacionais, acompanhada de significativas transformações socioambientais.

Questão 18. A localização de Goiás no Planalto Central possui implicações relevantes para a organização hidrográfica e territorial do Estado. O território goiano apresenta áreas de nascentes e divisores de águas relacionados a importantes sistemas hidrográficos brasileiros, o que contribui para compreender sua relevância ambiental e econômica. Essa condição física também se relacionou historicamente aos processos de ocupação, circulação e aproveitamento dos recursos naturais. Na contemporaneidade, as redes de transporte e as atividades agropecuárias passaram a utilizar diferentes corredores de circulação, articulando o território goiano aos mercados nacionais. Fonte: IBGE. Atlas Geográfico Escolar**.** 9. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.Considerando a relação entre características físicas e organização territorial, assinale a alternativa correta:

A) A posição de Goiás no Planalto Central confere ao Estado importância hidrográfica, mas não permite estabelecer qualquer relação entre divisores de águas, ocupação territorial e organização das atividades econômicas.

B) A rede hidrográfica de Goiás integra exclusivamente o sistema da Bacia do Paraná, não existindo participação territorial significativa em sistemas hidrográficos relacionados ao Tocantins-Araguaia.

C) O relevo predominante do Estado impede a formação de rios de importância regional, razão pela qual os recursos hídricos exercem função secundária na organização espacial goiana.

D) A posição de Goiás no Planalto Central favorece a presença de áreas de nascentes e divisores hidrográficos associados a diferentes bacias, condição que contribui para sua relevância ambiental e para a organização territorial.

E) A posição central de Goiás explica sua formação territorial principalmente pela navegação marítima, pois os primeiros processos de ocupação ocorreram a partir de rotas oceânicas que penetraram diretamente no interior do Estado.

Questão 19. A construção de Goiânia esteve inserida em um contexto histórico marcado por projetos de modernização política e econômica. A transferência da capital representou mais do que uma simples mudança administrativa de localização. O projeto envolveu uma nova concepção de cidade, circulação, planejamento urbano e reorganização das relações políticas estaduais. A iniciativa também dialogava com transformações ocorridas no Brasil durante a Era Vargas e com a política de integração do interior. A nova capital tornou-se importante centro de articulação política, administrativa e econômica. Posteriormente, sua expansão esteve relacionada ao crescimento populacional e à ampliação das redes de transporte. Fonte: CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 2014.Considerando a interpretação histórica desse processo, assinale a alternativa correta:

A) A construção de Goiânia representou somente uma mudança administrativa de endereço, sem interferir significativamente nas relações políticas, econômicas e territoriais do estado.

B) A transferência da capital ocorreu exclusivamente por razões climáticas e ambientais, sem relação com projetos políticos e econômicos desenvolvidos no período.

C) A construção de Goiânia interrompeu a integração de Goiás com o restante do país, pois concentrou as atividades econômicas exclusivamente na nova capital.

D) O processo de construção da nova capital somente adquiriu importância histórica após a inauguração de Brasília, quando Goiânia passou a exercer funções administrativas federais.

E) Goiânia foi planejada dentro de um projeto de modernização que envolveu reorganização política e territorial, novas formas de circulação e fortalecimento da integração de Goiás com outras regiões.

Questão 20. A construção de Brasília, inaugurada em 1960, provocou mudanças importantes na dinâmica territorial do Centro-Oeste. A posição geográfica de Goiás contribuiu para que o estado assumisse papel estratégico na circulação entre diferentes áreas do território brasileiro. A expansão da rede rodoviária favoreceu deslocamentos populacionais e ampliou a circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo, novas áreas passaram a integrar circuitos de produção agrícola e pecuária voltados para mercados mais amplos. Municípios próximos ao Distrito Federal também experimentaram mudanças demográficas e econômicas. Esse processo não ocorreu de maneira homogênea, produzindo diferentes formas de integração territorial. Fonte: BORGES, Barsanufo Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Editora UFG.2014. Com base nesse processo histórico-geográfico, assinale a alternativa correta:
A) A construção de Brasília produziu efeitos restritos ao Distrito Federal, sem modificar significativamente os fluxos populacionais, econômicos ou rodoviários existentes no território goiano.
B) Brasília reforçou processos de integração territorial do Centro-Oeste, enquanto a expansão das rodovias e das atividades econômicas contribuiu para ampliar os fluxos de pessoas, mercadorias e capitais em Goiás.
C) A construção de Brasília provocou o isolamento de Goiás, pois concentrou os investimentos federais exclusivamente na nova capital e reduziu a circulação econômica entre os municípios.
D) A nova capital federal provocou a interrupção da urbanização goiana, deslocando definitivamente os principais centros econômicos para o Distrito Federal.
E) Os impactos de Brasília limitaram-se ao setor administrativo, não apresentando relação significativa com a expansão agrícola, rodoviária e urbana observada posteriormente.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

Questão 21. Durante um processo de seleção para ocupação de cargo público, uma candidata solicitou formalmente o acesso integral aos instrumentos e laudos elaborados após ser desclassificada na etapa de avaliação psicológica. Segundo as normas do Conselho Federal de Psicologia que regulamentam a elaboração de documentos escritos e a avaliação psicológica, a conduta do profissional avaliador deve observar critérios éticos estritos. Considerando os preceitos da Resolução CFP nº 009/2018 e da Resolução CFP nº 006/2019, assinale a afirmativa correta:
(A) O psicólogo é obrigado a fornecer entrevista de devolução e disponibilizar o laudo psicológico completo à candidata que solicitar o resultado.
(B) O profissional pode negar a entrega do laudo psicológico à candidata alegando sigilo profissional irrestrito quanto aos testes utilizados no certame.
(C) A devolução do resultado do exame psicológico em concursos públicos deve ser feita verbalmente, sendo vedada a entrega de documentos gravados.
(D) O candidato reprovado em avaliação psicológica de concurso público não possui direito legal de ser acompanhado por psicólogo assistente técnico.
(E) A aplicação de testes psicológicos em processos seletivos fica dispensada da obrigatoriedade de aprovação prévia na plataforma oficial do SATEPSI.

Questão 22. Um psicólogo atuante em uma Unidade Básica de Saúde foi intimado por uma autoridade judicial para prestar depoimento como testemunha em um processo de guarda de menor envolvendo uma família por ele atendida na rotina do posto. Diante da intimação judicial para quebra de informações, o profissional ficou incerto quanto aos limites do sigilo profissional. De acordo com as diretrizes do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/2005), o psicólogo diante da autoridade judicial:
(A) Poderá prestar informações estritamente necessárias para a tomada de decisão, limite este estabelecido pelo próprio profissional no depoimento.

(B) Deve recusar-se a prestar qualquer depoimento ao juiz da causa, sob pena de perda imediata e automática de sua carteira de registro profissional.
(C) Fica obrigado a revelar a totalidade dos diários e apontamentos pessoais mantidos durante os atendimentos psicoterápicos da família acolhida.
(D) Precisa solicitar autorização formal escrita do Conselho Regional de Psicologia antes de comparecer ao tribunal de justiça do seu município.
(E) Deve divulgar os dados confidenciais diretamente à imprensa local antes de prestar o depoimento oficial perante o juiz competente do caso.

Questão 23. Um profissional graduado em Psicologia decidiu ofertar atendimentos psicoterápicos individuais por meio de videochamadas síncronas na internet para pacientes residentes em diferentes municípios. Antes de iniciar a divulgação de seus serviços digitais e a captação de clientes nas redes sociais, o profissional buscou certificar-se do cumprimento das exigências regulamentares vigentes. Com base na Resolução CFP n.º 011/2018, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos por meios de tecnologia da informação:
(A) A prestação de serviços psicológicos on-line independe de cadastro prévio do profissional junto ao Conselho Regional de Psicologia competente.
(B) O psicólogo deve realizar o cadastro prévio na plataforma e-Psi e aguardar a aprovação do Conselho Regional antes de iniciar o atendimento.
(C) O atendimento de crianças e adolescentes por vias virtuais fica totalmente proibido no Brasil em qualquer situação clínica e terapêutica.
(D) O profissional fica autorizado a atender por meios virtuais pessoas e grupos em situação de emergência, desastre e violência violação de direitos.
(E) A utilização de mídias virtuais dispensa a aplicação de termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelo cliente ou seu responsável.

Questão 24. Um psicólogo do Tribunal de Justiça foi designado por um juiz da Vara de Família para elaborar um documento formal relativo à avaliação do vínculo afetivo de um menor sob disputa de guarda. Após realizar o estudo psicológico, o profissional produziu uma peça técnica detalhando a análise do caso e apresentando um posicionamento conclusivo sobre a demanda. Nos termos da Resolução CFP n.º 006/2019, que estabelece as regras para elaboração de documentos escritos, a peça técnica descrita classifica-se como:
(A) Declaração Psicológica, destinada unicamente a atestar o comparecimento do usuário às consultas para fins de justificativa de faltas.
(B) Atestado Psicológico, cujo objetivo exclusivo é certificar o estado de sanidade mental do periciado mediante codificação do CID.
(C) Parecer Psicológico, caracterizado como uma fundamentação sucinta prestada oralmente na audiência de instrução e julgamento do processo.
(D) Relatório Psicológico ou Laudo Psicológico, que se traduz em uma apresentação descritiva e fundamentada do processo de avaliação realizado.
(E) Prontuário Multiprofissional, cuja guarda física pertence privativamente ao advogado de defesa nomeado pela parte requerente da ação.

Questão 25. Um enfermeiro concursado de uma Unidade Básica de Saúde do SUS e que também tinha a formação em psicologia, foi aprovado em um concurso para o cargo de psicólogo em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) municipal. Ao se apresentar para a posse, a comissão de recursos humanos analisou a viabilidade do acúmulo dos cargos estatutários e exigiu a comprovação do cumprimento das diretrizes do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 referentes ao regime dos servidores públicos. Com base nos preceitos constitucionais que regem a Administração Pública e o regime dos servidores públicos aplicáveis aos profissionais de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta:

(A) A acumulação remunerada de dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde, regulamentados por lei, é permitida pela Constituição Federal, desde que comprovada a compatibilidade de horários.
(B) A investidura no segundo cargo de profissional de saúde dispensa a comprovação de compatibilidade horária caso a soma das jornadas de trabalho não ultrapasse o limite de 40 horas semanais.
(C) O psicólogo aprovado em concurso público adquire a garantia de estabilidade imediata no ato da posse, ficando isento de cumprir o estágio probatório regulamentar de três anos.
(D) A proibição constitucional de acumular cargos públicos aplica-se irrestritamente a todas as funções da área da saúde, liberando-se a acumulação remunerada apenas aos ocupantes de cargos docentes.
(E) A aprovação em novo concurso público gera direito adquirido à nomeação automática do candidato de nível superior, impedindo a verificação de compatibilidade de horários pela administração pública.

Questão 26. Um psicólogo integrante da equipe multiprofissional (eMulti) de uma Unidade Básica de Saúde foi acionado para discutir o caso de um usuário com diagnóstico de diabetes descompensado e histórico de episódios recorrentes de depressão. A equipe decidiu construir uma estratégia compartilhada de cuidado no território. Considerando os conceitos de apoio matricial e trabalho interdisciplinar na Atenção Primária à Saúde no SUS, assinale a opção correta:
(A) A elaboração do Projeto Terapêutico Singular exige o compartilhamento de saberes e a corresponsabilização pactuada entre as equipes.
(B) O psicólogo deve assumir a condução isolada do caso psiquiátrico, dispensando o diálogo contínuo com os médicos da atenção primária.
(C) O suporte matricial restringe-se ao encaminhamento do usuário para serviços especializados, sem a realização de reuniões presenciais.
(D) A equipe eMulti deve priorizar atendimentos psicoterápicos individuais de longa duração no posto em detrimento das ações coletivas.
(E) A conduta foca na prescrição direta de intervenções farmacológicas em conjunto com o médico para controlar os sintomas ansiosos.

Questão 27. Um usuário em uso nocivo de álcool e crack procurou o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS ad III) buscando acolhimento. Durante o atendimento, relatou que não deseja parar totalmente de consumir substâncias, mas pretende organizar sua rotina diária para diminuir os impactos nocivos em sua saúde. De acordo com as diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a política de Redução de Danos no SUS:
(A) A conduta profissional deve nortear-se pela estratégia de Redução de Danos, acolhendo as demandas do usuário e pactuando metas possíveis.
(B) O acolhimento no CAPS ad fica condicionado à assinatura prévia de um termo em que o usuário se comprometa com a abstinência total.
(C) O tratamento em saúde mental exige a internação compulsória imediata do usuário em comunidades terapêuticas distantes do seu território.
(D) O serviço deve recusar a permanência do usuário no CAPS ad enquanto ele mantiver o consumo ativo de substâncias psicoativas na rotina.
(E) A estratégia de Redução de Danos é vedada nos serviços públicos de saúde por incentivar o consumo frequente de drogas ilícitas.

Questão 28. Após realizar um processo de avaliação psicológica de uma criança em um Centro Especializado em Reabilitação, a psicóloga foi solicitada pela família a emitir um documento escrito para ser apresentado ao Conselho Tutelar com as conclusões e encaminhamentos técnicos do caso. Com base na Resolução CFP n.º 006/2019, que

regulamenta a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, é correto afirmar:
(A) A Declaração Psicológica é o documento correto para apresentar a análise detalhada, o diagnóstico preliminar e as condutas do caso.
(B) O Relatório ou Laudo Psicológico resulta do processo de avaliação e deve conter a apresentação fundamentada do caso e conclusões.
(C) O Parecer Psicológico deve ser emitido de forma verbal ao órgão solicitante, dispensando a entrega de documento formal assinado.
(D) O Atestado Psicológico deve conter a descrição minuciosa de todas as sessões e a cópia integral dos testes aplicados à criança.
(E) A emissão do Laudo Psicológico independe de fundamentação científica, devendo expressar apenas as impressões pessoais do psicólogo.

Questão 29. Um psicólogo atendia em um serviço público um adolescente que revelou, em sessão individual, estar sofrendo abusos físicos e negligência grave no ambiente familiar. O profissional questionou quais limites éticos deveriam reger sua conduta em relação ao sigilo profissional no SUS. Considerando o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/2005) e a legislação de proteção à infância:
(A) O psicólogo deve manter o sigilo absoluto da revelação, ficando proibido de comunicar qualquer fato a órgãos externos ao posto.
(B) O profissional deve exigir o pagamento de honorários extras aos familiares para concordar em omitir o relato no prontuário técnico.
(C) A quebra do sigilo é legítima por justa causa quando necessária para respaldar medidas de proteção ao bem-estar do adolescente.
(D) O psicólogo comete falta ética ao notificar a rede de proteção sem obter autorização prévia por escrito do agressor do menor.
(E) A revelação de abuso sofrido por adolescente exige a publicação imediata dos fatos em redes sociais para denúncia da comunidade.

Questão 30. Uma Unidade Básica de Saúde recebeu uma menina de 8 anos acompanhada pela professora da escola municipal, que identificou marcas de agressão física na criança. A equipe de saúde organizou o acolhimento para formalizar a notificação do caso conforme a legislação vigente. Conforme as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990) e as diretrizes da Lei n.º 13.431/2017:
(A) A notificação dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança é facultativa para os profissionais de saúde.
(B) A escuta especializada realizada pela rede de saúde deve focar na produção de prova judicial mediante interrogatório da vítima.
(C) A equipe de saúde deve aguardar a confirmação pericial da agressão física pelo IML antes de encaminhar a notificação ao Conselho Tutelar.
(D) Os casos de suspeita ou confirmação de violência contra criança devem ser compulsoriamente notificados ao Conselho Tutelar do município.
(E) A notificação compulsória de violência infantil deve ser direcionada apenas à secretaria estadual da fazenda pública municipal.

Questão 31. Uma criança de 2 anos é acompanhada na Atenção Primária à Saúde por apresentar atraso no desenvolvimento da linguagem verbal, ausência de contato visual sustentado, pouca resposta ao ser chamada pelo nome e comportamentos motores repetitivos com objetos. De acordo com as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo do Ministério da Saúde:
(A) O diagnóstico e a intervenção precoce devem ser postergados até a entrada da criança no ensino fundamental aos seis anos.
(B) A ausência de fala articulada aos dois anos exclui definitivamente qualquer hipótese de Transtorno do Espectro Autista na infância.

(C) A identificação de sinais de risco para TEA indica o início imediato de intervenções estimulatórias sem aguardar o diagnóstico definitivo.
(D) A reabilitação da criança com TEA deve ser realizada exclusivamente em ambiente hospitalar fechado sem a participação dos pais.
(E) As ações de intervenção precoce no SUS focam na aplicação restrita de medicação sedativa para conter o comportamento repetitivo.

Questão 32. Um paciente de 28 anos, levado ao serviço de urgência psiquiátrica por familiares, apresenta delírios persecutórios estruturados, alucinações auditivas de comando, embotamento afetivo severo e isolamento social progressivo iniciado há cerca de oito meses, sem associação com uso de substâncias. Considerando o quadro clínico e os critérios psicopatológicos para o diagnóstico diferencial dos transtornos mentais, assinale a opção correta:
(A) O quadro clínico descrito é característico do Transtorno de Personalidade Histriônica, demandando alta hospitalar imediata do usuário.
(B) O conjunto sintomático apresentado é compatível com o diagnóstico de Esquizofrenia, exigindo intervenção psiquiátrica e psicossocial.
(C) O paciente apresenta sintomas típicos do Transtorno do Estresse Pós-traumático em fase aguda, sendo dispensada a terapia medicamentosa.
(D) A presença de delírios e alucinações caracteriza um episódio depressivo leve com manutenção completa do juízo de realidade do sujeito.
(E) A sintomatologia apresentada sugere o diagnóstico exclusivo de Transtorno Fóbico-Ansioso, devendo o paciente ser liberado para casa.

Questão 33. Uma psicóloga recém-concursada no município foi lotada no setor de recursos humanos para coordenar a aplicação de testes psicológicos nos exames admissionais de novos servidores. Durante o planejamento, a profissional constatou que um dos manuais do teste que pretendia utilizar não possuía parecer favorável na plataforma SATEPSI do Conselho Federal de Psicologia. À luz da Resolução CFP n.º 009/2018, em relação ao uso de testes psicológicos sem parecer favorável do SATEPSI, a conduta correta da profissional é:
(A) Aplicar o teste normalmente, desde que acrescente uma nota de rodapé informando a ausência de validação na plataforma pública e-Psi.
(B) Utilizar o teste sem parecer, desde que o candidato assine um termo aceitando ser avaliado por instrumento sem aprovação científica formal.
(C) Solicitar autorização direta do prefeito municipal para liberar a aplicação do teste não validado no concurso público do município.
(D) Substituir o manual original por uma versão traduzida da internet sem a necessidade de avaliação prévia pelos comitês científicos do CFP.
(E) Abster-se de utilizar o teste psicológico desfavorável, pois é vedado ao psicólogo o uso de instrumentos não reconhecidos pelo SATEPSI.

Questão 34. O Sistema de Conselhos de Psicologia foi instituído pela Lei Federal n.º 5.766/1971 para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão. Em relação às infrações disciplinares e às penalidades aplicáveis aos profissionais inscritos que descumprirem os preceitos éticos e legais, a referida lei estipula regramento próprio. Segundo o texto da Lei Federal n.º 5.766/1971, constitui uma das penalidades aplicáveis pelos Conselhos aos psicólogos infratores:
(A) Condenação ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado pelo período máximo de dez anos em presídio estadual.
(B) Retenção definitiva do diploma de graduação expedido pela instituição de ensino superior formadora com cancelamento de currículo.
(C) Prestação de serviços comunitários em hospitais gerais e unidades de pronto atendimento por período ininterrupto de trinta e seis meses.

(D) Perda dos direitos políticos e cancelamento automático da inscrição no cadastro de eleitores junto ao Tribunal Superior Eleitoral.
(E) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia, aplicável em casos de faltas graves repetidas.

Questão 35. Um psicólogo atuante em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) foi solicitado pela equipe médica a compartilhar informações detalhadas do histórico de vida de um usuário para fins de alinhamento terapêutico. O profissional sentiu dúvidas sobre os limites do compartilhamento de dados em equipes multiprofissionais à luz do Código de Ética da profissão. Conforme as diretrizes da Resolução CFP n.º 010/2005 referentes ao trabalho em equipe multiprofissional, o psicólogo:
(A) Deve manter segredo absoluto e recusar-se a repassar qualquer dado ao grupo, mesmo os estritamente necessários ao trabalho da equipe.
(B) Fica obrigado a fornecer a cópia integral das suas anotações pessoais mantidas no prontuário para leitura por todos os técnicos da unidade.
(C) Deve publicar o relatório completo em mural informativo de acesso público na recepção do CAPS para garantia da transparência do serviço.
(D) Assinalará apenas as informações necessárias para o exame da matéria, de modo a resguardar o sigilo e o interesse do usuário atendido.
(E) Precisa exigir que o paciente assine uma autorização cartorial antes de discutir seu caso clínico nas reuniões ordinárias de equipe.

Questão 36. Durante a prestação de serviços na rede municipal de assistência social, um psicólogo foi convidado por um canal de televisão local para conceder uma entrevista a respeito do aumento dos casos de depressão na comunidade. Ao planejar suas intervenções públicas na imprensa, o profissional deve pautar seu comportamento pelos princípios éticos da categoria. Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/2005), ao utilizar os meios de comunicação de massa, o psicólogo:
(A) Pode utilizar a entrevista comercial para realizar diagnósticos individuais ao vivo de ouvintes que enviarem perguntas pelo aplicativo.
(B) Deve divulgar o conhecimento científico da Psicologia, mantendo o caráter educativo e abstendo-se de fazer autopromoção sensorial.
(C) Tem permissão ética expressa para divulgar valores de honorários praticados em seu consultório e oferecer descontos promocionais.
(D) Pode expor casos clínicos com a identificação do nome completo de pacientes atendidos caso obtenha autorização verbal da emissora.
(E) É autorizado a propor a garantia de resultados terapêuticos infalíveis para captar clientes para o seu serviço privado de psicoterapia.

Questão 37. A Lei Federal n.º 4.119/1962 estabeleceu o quadro regulatório da profissão de Psicólogo no Brasil, prevendo as funções e atribuições que exigem formação acadêmica superior e habilitação específica para o seu livre exercício em todo o território nacional. A correta identificação dessas funções é essencial para resguardar o exercício profissional legítimo. De acordo com o texto explícito da Lei Federal n.º 4.119/1962, constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas para:
(A) Prescrição e administração direta de medicamentos psicotrópicos e ansiolíticos em ambiente de internação psiquiátrica de urgência.
(B) Realização de cirurgias de estimulação cerebral profunda destinadas ao tratamento de transtornos obsessivos compulsivos refratários.
(C) Diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento individual.
(D) Perícia técnica de engenharia de tráfego para a concessão automática de carteira nacional de habilitação a condutores de veículos.

(E) Emissão de atestados médicos de incapacidade laboral permanente com base exclusivamente em exames de imagem e laboratoriais.

Questão 38. Na condução de grupos terapêuticos em um centro de saúde mental, um psicólogo fundamenta suas intervenções na análise das distorções cognitivas e dos pensamentos automáticos que influenciam diretamente as reações emocionais e comportamentais dos participantes do grupo. A abordagem teórica e a respectiva conceituação psicológica utilizadas pelo profissional correspondem à:
(A) Psicanálise Lacaniana, fundada na análise do inconsciente estruturado como linguagem e no manejo da transferência no cenário analítico.
(B) Abordagem Centrada na Pessoa, focada nas condições necessárias para a tendência atualizante e na consideração positiva incondicional.
(C) Gestalt-terapia, orientada para a conscientização do aqui-e-agora, na formação de figura-fundo e na responsabilidade interpessoal.
(D) Terapia Cognitivo-Comportamental, fundamentada na reestruturação cognitiva de crenças disfuncionais e pensamentos automáticos.
(E) Psicodrama de Moreno, centrado no uso de técnicas dramáticas para a exteriorização de papéis sociais e catarse de integração.

Questão 39. Uma psicóloga atuante na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de um hospital público foi chamada para acolher a família de um paciente em estado terminal. A equipe médica comunicou a irreversibilidade do quadro clínico, e os familiares apresentavam intensa desorganização emocional e negação. No contexto da Psicologia Hospitalar e da atenção aos processos de finitude e luto, a intervenção do psicólogo deve:
(A) Impedir qualquer contato entre a família e o paciente inconsciente para conter a manifestação de angústia no ambiente da UTI.
(B) Informar aos familiares que o choro e o sofrimento devem ser reprimidos imediatamente para não desestabilizar os monitores médicos.
(C) Prescrever medicações ansiolíticas em doses elevadas aos familiares sem a necessidade de avaliação prévia da equipe de enfermagem.
(D) Forçar os familiares a aceitar a morte de forma racional sem respeitar o tempo de elaboração psíquica do processo de negação.
(E) Facilitar a comunicação entre equipe, paciente e família, acolhendo o sofrimento psíquico e favorecendo a elaboração do luto.

Questão 40. Uma mulher de 34 anos procurou o serviço de acolhimento da Unidade de Saúde relatando sofrer agressões físicas, ameaças e controle financeiro por parte do seu companheiro. A paciente demonstrava extremo receio em denunciar por medo de retaliações do agressor contra seus filhos. Considerando as diretrizes da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) e a atuação da equipe de saúde nos casos de violência doméstica:
(A) A conduta da equipe de saúde deve restringir-se ao tratamento dos ferimentos físicos, sem realizar anotações de violência no prontuário.
(B) O atendimento psicológico deve exigir a presença obrigatória do agressor na sala de consulta para promover a conciliação do casal.
(C) A profissional deve desvalorizar os relatos de violência psicológica e patrimonial, focando a intervenção apenas nos casos de lesão grave.
(D) A equipe deve obrigar a vítima a retornar imediatamente ao domicílio conjugal para resguardar a convivência da unidade familiar.
(E) A paciente deve receber acolhimento humanizado, orientação sobre a rede de proteção social e encaminhamento para notificação compulsória.